

Almada

ARQUEOLOGIA • PATRIMÓNIO • HISTÓRIA LOCAL

ESPECIAL Pág. 59

ARQUEOLOGIA E IMPACTE AMBIENTAL

QUINTA DE S. PEDRO (CORROIOS) Pág. 26

PATRIMÓNIO CULTURAL SUBAQUÁTICO Pág. 47

AS SIGLAS DOS CANTEIROS MEDIEVAIS Pág. 119



Pág. 128

ALMADA MINEIRA,
MANUFACTUREIRA E INDUSTRIAL

EXEMPLOS DA

DESTRUIÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

no sul da Beira interior

por João Carlos Caninas (*) e Francisco Henriques (**)

Em Portugal, na última década e meia, foram irreversivelmente destruídos pela instalação de monoculturas florestais muitos sítios e monumentos arqueológicos. Pela sua representatividade destacamos, em particular no Alto Tejo português (nos concelhos de Ródão, Nisa, Castelo Branco e Idanha-a-Nova), a situação das sepulturas megalíticas. Estes monumentos conservaram-se durante milénios tendo “sobrevivido”, naquela região, no meio de pinhais, de oliveais, de montados de sobre e azinho e de campos de cereal.

Mas novos riscos se avizinham. O fomento da florestação em Portugal, seja para fins produtivos ou de conservação, tem de contemplar nos seus programas normas de minimização desta actividade sobre o património arqueológico. Entidades privadas e públicas, como as empresas do sector florestal, as autarquias locais e os organismos integrados nos Ministérios da Agricultura, do Planeamento e Administração do Território, da Administração Interna, do Ambiente e Recursos Naturais e da Secretaria de Estado da Cultura devem empenhar-se seriamente na adopção de medidas (técnicas e legais) que impeçam a continuação do “genocídio” do património arqueológico em Portugal.

1. Em Portugal na última década e meia, num conhecido cenário de crescimento económico, ocorreram profundas alterações no uso do território e uma transformação do espaço rural e da paisagem. Os usos que envolveram alterações na morfologia do solo,

como é o caso das florestações, foram a principal causa de um fenómeno que podemos qualificar de “genocídio” do património arqueológico.

A destruição, há alguns anos, do Castelo Velho do Djebe, povoado da Idade do Ferro classificado como monumento nacional, situado na bacia do Guadiana é um caso emblemático. Esta ocorrência contribuiu, inclusivamente, para o estabelecimento de uma primeira solução positiva para este problema: o protocolo de colaboração entre uma empresa de celulose e o então Instituto Português do Património Cultural, tendo em vista o reconhecimento prévio das áreas a afectar com novas plantações.

Estas destruições, irreversíveis, têm contribuído para a perda da nossa diversidade cultural, para um empobrecimento da paisagem portuguesa e impedem-nos de ter um conhecimento mais exacto da história antiga de vastas áreas do território português. A destruição do património arqueológico em Portugal não está devidamente quantificada. Conviria avaliar essa destruição para que a sua divulgação tornasse mais aguda a consciência da delapidação da nossa herança cultural. Mesmo assim, lembramos os resultados expressos na *Carta Arqueológica de Portugal* (IPPAR 1992) referente a diversos concelhos do Algarve, com percentagens de sítios destruídos por município que variam entre 25 % e 50 %.

Ao longo dos cerca de 20 anos de actividade arqueológica da Associação de Estudos do Alto Tejo/Núcleo Regional de Investigação Arqueológica (AEAT/NRIA), no sul da Beira Interior, foram feitas muitas descobertas

ABSTRACT

The intensive monocultural foresting evident in the last 15 years in Portugal led to the complete destruction of several archaeological sites and monuments. The authors point out the cases of Megalithic burial sites in the area of the Portuguese upper Tagus (Alto Tejo) for their importance; these survived for thousands of years among pine trees, olive trees, cork oaks and fields of corn. Foresting should be subjected to specific legislation aiming at the safeguard of our heritage. Private and public entities should engage in a serious attempt to stop the “genocide” of archaeological structures now in process.

RÉSUMÉ

Au Portugal, plusieurs sites et monuments archéologiques ont été détruits ces quinze dernières années par la mise en place de monocultures forestières. A titre d'exemple, les sépultures mégalithiques sont ici mises en relief dans la région du Haut Tage portugais, monuments qui se sont conservés des millénaires durant “survivant” parmi les pinèdes, les oliverales, les chênaies (de chênes-lièges et de chênes verts) et les champs de céréales. Ainsi la protection des forêts et leur reboisement ne peut pas se faire au détriment du patrimoine archéologique. Il appert que les institutions privées et publiques doivent s'engager à adopter les mesures qui empêcheront leur anéantissement progressif.

(*) Membros da Associação de Estudos do Alto Tejo/Núcleo Regional de Investigação Arqueológica, Avenida da Belavista, 160, 6030 Vila Velha de Ródão. Com a colaboração de Mariene Marques.

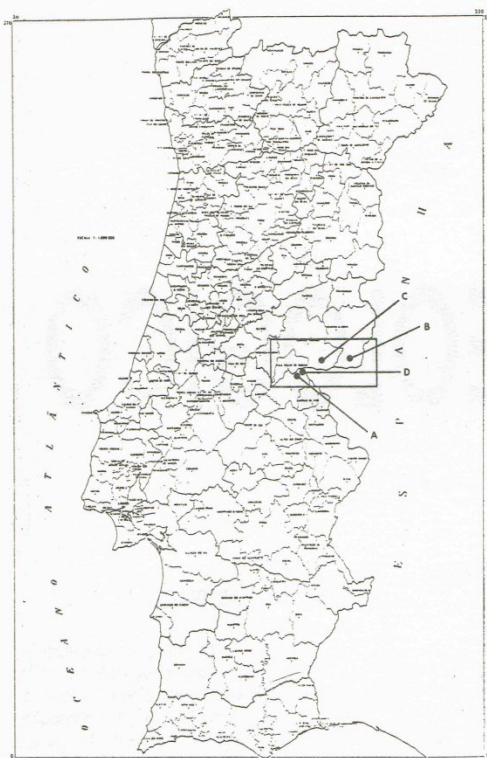


Figura 1:

Área referida situada no sul da Beira Interior e envolvente do Alto Tejo português.

- A — Salavessa (Nisa);
- B — Rosmaninhal (Idanha-a-Nova);
- C — Malpica-Monforte (Castelo Branco);
- D — Sever (Nisa).

tas mas, infelizmente, passámos a confrontar-nos, sobretudo nos últimos quinze anos, com um número crescente de destruições de monumentos e sítios arqueológicos, que denunciámos de variadas formas.

As sepulturas megalíticas, ou antas na linguagem popular, pela sua quantidade (cerca de 200 monumentos), representatividade e generalizada distribuição na região envolvente do Alto Tejo português (conjunto de territórios confinantes com o Rio Tejo, entre o Ocreza e o Erges, v. **fig. 1**), constituem um dos melhores indicadores da destruição do património arqueológico naquela região.

As monoculturas florestais, baseadas em particular no eucalipto, no conjunto das actividades económicas

relevantes nesta área, surtem-se como a principal causa de destruição de monumentos e sítios arqueológicos. Este facto ficou a de-ver-se à introdução de poderosos meios mecânicos, utilizados não apenas na preparação do solo para aquelas culturas mas também na abertura de caminhos e aceiros.

Entretanto, foi possível constatar que outros usos do solo se compatibilizaram, por razões culturais e técnicas, com a conservação de monumentos arqueológicos tão sensíveis como as pequenas antas de xisto dominantes no Alto Tejo.

2. No nordeste do Concelho de Nisa, em torno da aldeia de Salavessa (**fig. 1.A**), existia uma das mais significativas necrópoles megalíticas do Alto Tejo. As antas daquela área eram reconhecidas como construções muito antigas (“do tempo dos mouros”) e de finalidade bem identificada (sepulcral). Podemos admitir que estes monumentos integravam, afinal, o espaço cultural e o simbólico desta comunidade.

Até à colonização destas terras pelo eucalipto estes monumentos, na sua larga maioria, conservaram intacta a estrutura dolménica. Alguns dos que hoje ainda se conservam situam-se, precisamente, em espaços agrícolas tradicionais, mesmo intensamente trabalhados, como é o caso dos olivais associados a culturas de sequeiro (anta da Terra da Azinheira, anta da Terra do Sobreirão).

A monocultura do eucalipto destruiu já uma boa parte dos monumentos aqui inventariados (HENRIQUES, 1980, 1986). No caso particular da Necrópole Dolménica do Rio Sever (**fig. 1.D**), situada para leste de Salavessa junto à fronteira com Espanha, foram destruídos no anos 80 cerca de 90 % dos monumentos que a integravam (segundo informação de Jorge Oliveira, arqueólogo que estudou este conjunto no âmbito da sua tese de doutoramento).

Na margem direita do Tejo internacional, mais precisamente na zona do Rosmaninhal (**fig. 1.B**), existe um outro importante conjunto arqueológico onde se incluem sepulturas megalíticas, com mamoas em geral bem conservadas bem como menires e cromeleques.

As mamoas/dólmenes encontradas neste território situam-se em geral em pontos altos da peneplanície ou nos bordos da plataforma detrítica chamada localmente e de forma imprópria “serra”. Muitos destes monumentos coincidem com pontos cotados ou com marcos geodésicos e situam-se, em geral, junto a caminhos (quicá milenares). Na tradição local alguns destes monumentos são reconhecidos como fornos dos mouros e até como talefes (marcos geodésicos) destruídos, neste caso por coincidirem com aqueles.

Na região de Malpica-Monforte (**fig. 1.C**) alguns destes monumentos foram popularmente identificados, também de forma imprópria, com moinhos de vento destruídos.

No Rosmaninhal e em Malpica-Monforte parece evidenciar-se, ao contrário do que acontece na Salavessa, uma certa rotura na tradição e na memória popular quanto ao significado destes monumentos arqueológicos. De facto, os residentes pouco contribuíram, como fontes de informação, para a sua identificação.

Na região do Rosmaninhal constatámos a razoável conservação destes monumentos milenares e a sua coexistência com usos tradicionais do solo como sejam os montados de sobre e azinho e a cultura do trigo. Esta cultura cerealífera foi tão importante, nos tempos modernos, que esta área foi considerada o celeiro da Beira Baixa.

Com a conversão de muitas destas áreas em monoculturas florestais (sobretudo de eucalipto) e devido à introdução de processos mecânicos pesados na preparação do terreno (desmatção, armação em socalco ou vala-cômoro, aceiros e estradões) muitos destes monumentos foram irreversivelmente destruídos. Preservá-los teria custado a libertação de pequenas áreas e a dispensa de poucas árvores.

No Rosmaninhal (Concelho de Idanha-a-Nova) 10 % das sepulturas megalíticas que identificámos foram destruídas por plantações deste tipo. No território de Malpica-Monforte (Concelho de Castelo



Figura 2:

A Anta do Cabeço da Águia (Pardo, Nisa) à data da sua descoberta em 1976 foi poupada por uma plantação de eucaliptos e pinheiros.

Branco), ainda insuficientemente prospectado, a situação é mais grave em face da maior incidência das plantações e as destruições atingiram 27 % dos monumentos já inventariados.

Em relação aos concelhos de Vila Velha de Ródão e Nisa, já razoavelmente prospectados, ainda não dispomos de dados que nos permitam determinar com rigor as percentagens globais de destruição de sepulturas megalíticas, mas estamos conscientes que são seguramente superiores aos valores atrás indicados.

A área arqueológica do Rosmaninhal, incluída no espaço do futuro Parque Natural do Tejo Internacional, merece especial referência. Tendo em consideração a representatividade, a variedade e o estado de conservação geral dos seus monumentos e sítios arqueológicos pode, ainda, considerar-se a área de maior interesse científico do Alto Tejo Português (Ródão, Nisa, Malpica-Monforte, Rosmaninhal), no domínio do Megalitismo. Mas esta "cotação" pode "cair em flecha" se a gestão dos montados não for feita com os cuidados devidos. Em particular as lavras, mesmo que superficiais, podem, como já aconteceu, destruir muito facilmente as pequenas câmaras e corredores dolmênicos.

3. A par das razões técnicas devemos procurar causas sócio-culturais para explicar a ocorrência destas destruições. Com efeito, em toda esta região, constatámos a existência, até à actualidade, de uma curiosa convivência, funcional ou até espiritual, das populações locais com diversos monumentos arqueológicos.

Porém, o desenraizamento dos novos proprietários, a deficiente aculturação das novas gerações e a sua fraca relação com o campo justificam o desinteresse ou a ignorância quanto ao significado daqueles sítios e construções.



Figura 3:

A mesma Anta do Cabeço da Águia, destruída nos anos 80 pelo alargamento de um aceiro.

As destruições devem-se, ainda, à ausência de inventários de património arqueológico ou à não utilização dos já existentes, por parte das autoridades públicas ou das entidades privadas, nas fases de estudo, planeamento, avaliação e licenciamento de projectos e actividades com impacte sobre o território. Cite-se o exemplo recente do Estudo de Impacte Ambiental do Projecto de Florestação com Espécies de Rápido Crescimento da Herdade das Ferrarias (Monforte da Beira, Castelo Branco), avaliado em 1995: apesar de existir na Câmara Municipal de Castelo Branco e no IPAAR um inventário arqueológico relativo à área do projecto, elaborado pela AEAT/NRIA, o autor do EIA ignorou a existência deste património na situação de referência e, conseqüentemente, na avaliação dos impactes do projecto.

Muitos dos dados inventariados pela AEAT/NRIA e outros investigadores (nos casos de Vila Velha de Ródão, Nisa e Castelo Branco), desde os anos 80, não foram tomados em consideração na regulação dos projectos e das actividades com incidência nesta área. Isto aconteceu por responsabilidades diversas, a que também não somos alheios, mas principalmente pela inexistência de uma prática administrativa (central e local) que valorizasse os inventários arqueológicos, para além do seu valor didáctico e cultural, como instrumentos obrigatórios nos processos de planeamento e gestão do território. Como exemplo

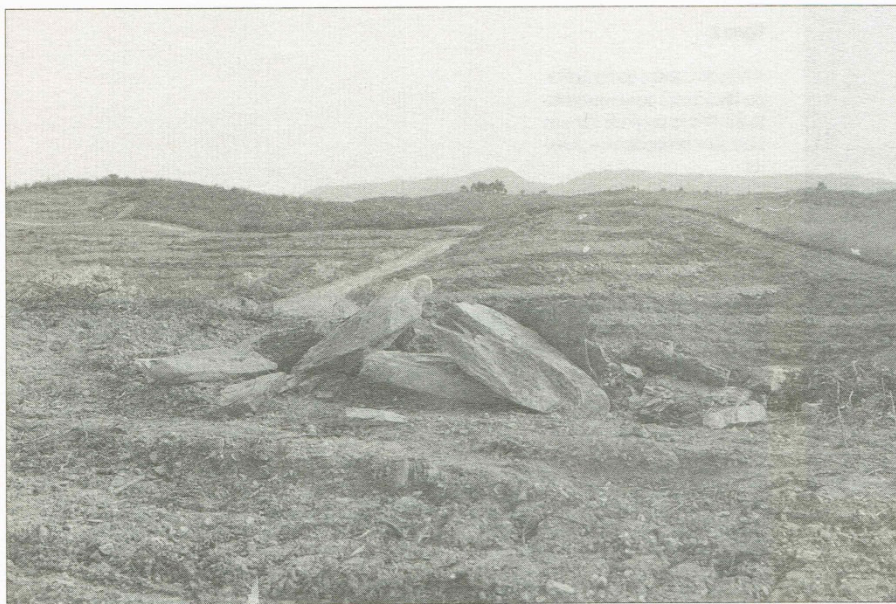


Figura 4:

Anta da Anaformosa (Fratel, Vila Velha de Ródão) destruída por uma plantação de eucaliptos.

positivo, embora de efeito um pouco tardio, cite-se a incorporação no PDM de Vila Velha de Ródão da totalidade do património arqueológico inventariado e, ainda, a colaboração prestada pela AEAT/NRIA à Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão na análise prévia de florestações licenciadas por aquela entidade.

Por isso, é com enorme apreensão que encaramos os vultuosos investimentos que se perspectivam em Portugal na florestação com fins produtivos ou de protecção, na recuperação de zonas ardidas (cada vez com maior expressão), em renaturalizações (em particular nas áreas protegidas ou de interesse para a conservação da natureza) ou na colonização de áreas disponíveis.

Se não existirem preocupações sérias por parte das várias entidades (empresas, autarquias, Ministérios da Agricultura, da Administração Interna, do Ambiente e Recursos Naturais e Secretaria de Estado da Cultura) envolvidas neste processo, no reconhecimento dos valores arqueológicos e na minimização dos impactes da actividade florestal, o "genocídio" do património arqueológico poderá continuar.

Assim, consideramos indispensável:

a) a continuação da elaboração dos inventários arqueológicos, numa acção articulada entre as autarquias, o IPPAR, as Áreas Protegidas e as associações de defesa do ambiente;


b) a divulgação dirigida e a utilização dos inventários arqueológicos como instrumentos de gestão do território pelas autoridades públicas e pelos privados;

c) a consignação de critérios de salvaguarda do património arqueológico nos processos de financiamento de projectos florestais;

d) o incremento da classificação de monumentos e sítios como valores concelhios;

e) a sinalização de sítios e monumentos arqueológicos, independentemente do seu estatuto de protecção.

Em 1994, durante a Presidência Aberta sobre Ambiente, elaborámos um documento com teor idêntico ao presente (AEAT 1994), o qual foi transmitido às entidades públicas atrás men-

cionadas e às principais empresas de celulose, tendo também sido divulgado na imprensa nacional e publicado integralmente no *Jornal do Fundão*. 

Referências

- ASSOCIAÇÃO de Estudos do Alto Tejo, 1994, "A Destruição do Património Arqueológico no Território Português. O Testemunho da Associação de Estudos do Alto Tejo", *Jornal do Fundão*, Fundão, 8 de Abril, pp. 18-19.
- BEIRÃO, Florentino, 1989, "Rosmaninhal. Eucaliptos Destroem Antas", *Reconquista*, Castelo Branco, 25 de Agosto, p. 7.
- CANINAS, João Carlos e Francisco HENRIQUES, 1987, "Testemunhos do Neolítico e Calcolítico no Concelho de Nisa", *Actas das I Jornadas de Arqueologia do Nordeste Alentejano (Castelo de Vide, 1985)*, Coimbra, pp. 69-82.
- CANINAS, João Carlos, 1995, "Um Futuro Comum para o Património Natural e o Património Cultural", *Revista Forum Ambiente*, 11, Lisboa, p. 11.
- HENRIQUES, Francisco e João Carlos CANINAS, 1980, "Contribuição para a Carta Arqueológica dos Concelhos de Vila Velha de Ródão e Nisa", *Preservação*, 3, Vila Velha de Ródão.
- HENRIQUES, Francisco e João Carlos CANINAS, 1986, "Nova Contribuição para a Carta Arqueológica dos Concelhos de Vila Velha de Ródão e Nisa", *Preservação*, 7, Vila Velha de Ródão.
- HENRIQUES, Francisco, João Carlos CANINAS e Mário CHAMBIÑO, 1993, "Carta Arqueológica do Tejo Internacional", vol. 3, p. 299, *Preservação*, 14-16, Vila Velha de Ródão.
- INSTITUTO Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, 1992, *Carta Arqueológica de Portugal-Portimão, Lagoa, Silves, Albufeira, Loulé e São Brás de Alportel*, Lisboa.
- OLIVEIRA, Jorge, 1991, "A Anta da Nave do Padre Santo-Nisa", *Actas das IV Jornadas Arqueológicas*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 201-214.
- OLIVEIRA, Jorge, 1993, "O Rio Sever e as Fronteiras no 3º Milénio a.C.", *Actas do Seminário Cooperação e Desenvolvimento Transfronteiriço*, Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão, pp. 62-69.
- VASCONCELOS, Humberto, 1995, "Eucaliptos Destroem Passado", *Diário de Notícias*, Lisboa, 17 de Janeiro, p. 34.